

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA EM PORTUGAL (VI): DA DÉCADA DE 20 À DÉCADA DE 50

MARIA ISOLINA PINTO BORGES

UNIVERSIDADE DO PORTO

O artigo aborda as ligações entre os mais influentes modelos psicológicos do período de 1920 a 1950 e alguns pensadores portugueses que nessa época, política e culturalmente desafiadora, se debruçaram sobre a Psicologia. É também descrito o incremento desta disciplina nas Universidades do Porto, Coimbra e Lisboa.

Seria, de facto, tarefa árdua abordarmos este assunto mesmo linearmente (como aliás tem sido feito), se não tivéssemos o contributo do Professor Sílvio de Lima, «A Psicologia em Portugal», a que o autor chama de «relâmpago ensaístico», e que nos permite seguir uma linha consistente sobre o assunto.

Assim, começamos este capítulo referindo-nos à caracterização feita no mesmo artigo: em Portugal, a Psicologia neste período (dos anos 20 aos anos 50, com mais incidência no período de 1914-1941), define-se por duas vertentes que correspondem a dois momentos históricos: por um lado um experimentalismo vivo e crítico relativamente à introspecção, por outro lado, sobretudo a partir dos anos 30, por uma acentuação dos interesses pedagógicos, fazendo-se sentir progressivamente uma certa «humanização» da Psicologia, influenciada sem dúvida pelas doutrinas de Dilthey, Brentano e Freud.

Considerando estes dois aspectos, parece-nos de interesse referenciá-los à História da Psicologia para que nos possamos situar tão precisamente quanto possível. Esta referenciação tem necessariamente um carácter genérico, e é já bem conhecida, mas a intenção, para além daquele objectivo, é de pôr em relevo alguns aspectos pontuais salientados por pensadores portugueses e que merecem reflexão atenta, sobretudo se não nos alhearmos das preocupações epistemológicas que fundamentam a construção científica no nosso país. Tenta-se assim uma sistematização sumária das perspectivas que estiveram na base dos actuais modelos e que também predominaram neste período nas ciências humanas da cultura portuguesa.

Assim, se nos reportarmos à História da Psicologia em geral, podemos recordar em termos descritivos que na segunda metade do século XIX, a perspectiva de Augusto Comte (1798-1857), o evolucionismo de Spencer (1820-1903), tais como as repercussões das teorias de Lamarck (1744-1827) e Darwin (1809-1882), vão estar na base de abordagens teóricas que reivindicam para a Psicologia direitos de ciência, com a exigência implícita de «medida». Não existe ainda o total predomínio da fisiologia para evitar a subjectividade, mas sente-se e sabe-se que a imposição do desenvolvimento da Psicofísica com Weber (1795-1878), Fechner (1831-1887) e Wundt (1832-1920) têm um papel fundamental nesse sentido.

Em 1900, a Psicologia foi objecto de um quarto congresso chefiado por Theodore Ribot (1839-1916) e Pierre Janet (1859-1947). Já aí, Ribot apontava as investigações e experiências dos últimos dez anos, privilegiando a anatomia e fisiologia; nesses últimos dez anos teria sido dada grande importância aos mecanismos fisiológicos que estão na base dos sentidos, percepção, memória, associação de ideias e atenção, tendo-se realizado várias pesquisas a nível das reacções sensoriais e motoras.

A questão das «emoções» — tomadas de consciência das reacções viscerais e glandulares anteriores ao acto mental — gerada por Carl Lange e William James (1842-1910), deu origem a uma série de pesquisas em Psicologia assentes no método das variações concomitantes, experiências laboratoriais e processos diversos (inquéritos, questionários, métodos comparativos).

No mesmo congresso, Ribot, referindo indirectamente Alfred Binet, preconiza o relevo que iria ser dado à psicologia da infância que passaria a orientar-se para estudos embriológicos e genéticos ao serviço da pedagogia.

O «apanhado» de Ribot surge num momento em que na Psicologia se renova a psicopatologia fenomenológica — observa-se a reabilitação da introspecção. A partir de trabalhos sobre a memória de H. Ebbinghaus (1850-1909) cria-se a tendência de que os fenómenos psíquicos poderiam ser estudados directamente. Oswald Külpe (1862-1915), discípulo de Wundt, incentivava as investigações experimentais nessa base, o que deu origem à escola de Wurtzburg (1900 e 1908), recorrendo à introspecção controlada (já utilizada sistematicamente por Binet); para além de se registar a excitação a que o sujeito era submetido, pedia-se-lhe que colaborasse e pretendia-se que se apercebesse do que os estímulos provocavam. Chegou-se à conclusão de que as operações da vida mental, as ligações de ideias e os princípios da razão não podiam ser o produto mecânico de associação de ideias. No seguimento deste pressuposto, a escola de Wurtzburg conclui pela existência de um pensamento sem imagens e sem palavras.

Entretanto Claparède (1843-1940), na linha que Ribot havia previsto, procurava impôr a abordagem da inteligência numa concepção directa e ampla do espí-

rito humano. Em 1912, criava-se o Instituto Jean Jacques Rousseau, futuro Instituto das Ciências de Educação dirigido por Jean Piaget (1896-1980), onde este começou a trabalhar desde 1921.

Mas nas primeiras décadas do séc. XX, assiste-se também ao emergir da Psicologia profunda, com relevo dado à teoria freudiana («A interpretação dos sonhos» surgiu em 1900), que se espalhou através de obra extensa até à década de 40 e se radicou na década de 50, e nas suas várias filiações até aos nossos dias.

Entretanto, outros vectores igualmente dominantes se impõem. A partir da reflexologia de Pavlov (1848-1936) e Betchev (1857-1927) surge a teoria de Watson (1878-1958) e, conseqüentemente, o behaviorismo. Segundo este, Ribot, Fechner e Wundt não teriam cortado com a tradição filosófica. Na acepção de F. L. Muller, esta abordagem teria raiz no utilitarismo americano. Considera nos comportamentos o que é observável, controlável e mensurável, no seguimento das pesquisas de Loeb (1859-1924) e das experiências de Thorndike (1874-1949). Havia a intenção de eliminar o subjectivismo: o papel da Psicologia seria determinar a relação estímulo-resposta (internas e externas). O papel do sistema nervoso, o da coordenação. Nem gnoseologia nem fisiologia estariam na base da Psicologia; o comportamento aparece-nos delimitado pela observação directa, como conjunto de reacções observáveis, regendo-se por diferentes formas de condicionamento. Seguiram-se neste sentido, embora com implicações epistemológicas diferentes, as teorias de Skinner (nascido em 1904), Hull (1884-1952) e Tolman (1886-1959).

Mas tem ainda impacto outra perspectiva de Psicologia: a fenomenologia na base de Gestalt, que é uma reacção à psicologia associacionista: a vida psíquica não seria uma simples combinação de elementos. Teve a sua contribuição mais consistente em Christian von Ehrenfels (1859-1932), cuja obra, na mesma altura em que Freud obtinha de Breuer elementos fundamentais da sua teoria, foi praticamente ignorada. Ehrenfels opõe forma e estrutura ao atomismo psicológico, conduzindo à actividade estruturante da vida psíquica, e tendendo, dadas as diferenças do fisiológico e do psicológico, a explicar pela morfologia nervosa as estruturas psíquicas.

Wertheimer (1880-1945), Koffka (1886-1941), Köhler (1887-1967) e Kurt Lewin (1890-1947) foram os grandes nomes deste modelo.

Salientam-se ainda, as tendências humanistas da Psicologia Social, com as suas implicações a nível do culturismo norte-americano: as novas vias de Karen Horney e o humanismo de Erich Fromm, desencadeando a necessidade de abordagens experimentais (Allport, Kensey, Sheriff, Kurt Lewin, Moreno).

Desenham-se assim as linhas dos modelos que vão dominar a primeira metade do séc. XX em Psicologia. A partir de Marx (1818-1883) e Nietzsche (1844-1900) e do próprio positivismo, a psicologia como ciência esteve disseminada pela história e pela sociologia — seria apenas a expressão desses dois grandes vectores, e a sua profundidade de certo modo posta em questão em termos de valores científicos. Da objectividade

absoluta de que é exemplo o behaviorismo watsoniano e a análise das condições do conhecimento de que é exemplo a fenomenologia, considerando ainda a teoria de Freud com todas as suas implicações, nascem os modelos que vão estar presentes nas diretrizes actuais — e as suas raízes mais próximas no tempo são, de facto, a primeira metade do século. Por isso, os referimos neste trabalho pois radicam aí os actuais modelos psicométrico, desenvolvimental, cognitivista, humanista, sistémico e as várias formas de intervenção psicanalítica.

A análise do que se passava em cada país (confinados os países à Europa e América do Norte e sendo dos anos 20 aos anos 50, conhecidos por nós, sobretudo, os contributos europeus) em termos de contextos explicativos do ponto de vista histórico e cultural, não constitui neste artigo tema a abordar. A verdade é que estes modelos impuseram-se, as tendências delinear-se, surgiram nomes nas respectivas origens e organizaram-se pesquisas cujos resultados deram frutos.

A influência exercida por estes modelos irradia e implementa-se também em Portugal. Como se implementam? E há de facto implementação? Esta não exigirá condições que nos ultrapassam? Não é nossa intenção, como é óbvio, dar respostas mas colocar necessariamente questões de ordem sócio-económico cultural. Que ordem de questões, como se inserem e de que modo se relacionam com aquela implementação, também não o podemos especificar mas apenas conjecturar a partir de alguns dados históricos e concluir do que se nos oferece quanto a algumas concordâncias no tempo cronológico.

Assim, depois de termos referido no artigo anterior alguns dos aspectos que reflectem a evolução da Universidade Portuguesa, enunciando em linhas muito gerais pressupostos básicos do ponto de vista histórico e político, e fundamentando-nos em manuais da História de Portugal, temos que, após o período conturbado das invasões francesas, se dá a revolução de 1820, que instala a Monarquia Constitucional e é exarada a Constituição de 1822. Os «vintistas» personalizam a posição ideológica mais avançada da época: a Nação é soberana, com a supremacia do poder parlamentar.

Concretizou-se o processo liberal que estará na base da República e que ainda acarreta uma evolução intermitente. Desta evolução ressaltam datas como 1848, fazendo-se sentir os ecos da última Revolução Francesa, e 1851, em que se publicam os primeiros periódicos republicanos e socialistas. A partir de 1870, reunidas as condições externas (proclamada a república em Espanha em 1868, e em França em 1870) a opção pela república tornou-se consistente; entretanto a Monarquia respeitava as leis do liberalismo assim como a liberdade de imprensa, até que em 1907, tentando sustentar o processo republicano, o Rei D. Carlos chamou para o Governo João Franco, político da sua confiança.

Observa-se então um período convulsivo e apesar das reformas dos liberais, tendentes a reduzir os benefícios das classes privilegiadas, Portugal apresenta já um grande atraso em relação à Europa, e os vários partidos que surgem de 1836 a 1920, procuram, aparentemente sem grande êxito, actualizar a socie-

dade portuguesa; o percurso até à proclamação da República é tumultuoso. Só em Outubro de 1910 é que o poder fica definitivamente a ser exercido por representantes eleitos pela nação. A Constituição de 1911 divide os poderes de Estado: o poder legislativo; o poder executivo (exercido pelo Presidente da República e ministros) e o poder judicial. O Presidente da República seria eleito por quatro anos. Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Bernardino Machado, Sidónio Pais, Canto e Castro, António José de Almeida, Teixeira Gomes e, de novo, Bernardino Machado, seguiram-se na Presidência entre 1910 e 1926. Formaram-se os partidos Democrático (radical em relação e medidas a tomar), Evolucionista e Unionista, com fortes dissidências entre si, tendo sido particularmente agitado o período de 1920 a 1926.

A crise económico-financeira assume particular importância, pelo que, em 28 de Maio de 1926, a seguir à revolução chefiada por Gomes da Costa, se iniciou uma ditadura militar. As dificuldades financeiras proporcionaram a chamada ao Governo de um professor de Finanças da Universidade de Coimbra, António Oliveira Salazar.

Em Abril de 1933, entra em vigor a Constituição que consagra o «Estado Novo», e busca subordinar progressivamente o país a uma filosofia política e uma ética social e económica de centralização.

O período de 1932 a 1936 é de conflito ideológico — é o tempo da implantação nazi e fascista, das frentes populares, da expansão teórica do marxismo. Não se duvidando que, sobretudo em Ciências Humanas, a manipulação das orientações ainda é possível, compreende-se que sejam aproveitados os «constructos» teóricos adequados, ou seja os que se opõem à «mudança» (apesar de se viver o período que precede a Segunda Guerra Mundial); como tal, verificando-se que os vários modelos em Psicologia dão peso diferente ao que é herdado e adquirido, vão ser privilegiadas as potencialidades herdadas, em particular na evolução psicopatológica e psicológica.

Diz Bracinha Vieira que «ao advento dos fascismos europeus corresponde a supremacia da Psiquiatria alemã..., muitos professores das clínicas psiquiátricas são demitidos e perseguidos... As Teorias de Freud são consideradas anti-arianas e cripto-comunistas»⁽¹⁾.

Sem discutirmos as características específicas do Salazarismo, poderemos referir que, algures num dos seus discursos, Salazar disse que «deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento», e parece-nos que esta asserção define, pelo menos de um ponto de vista psicológico, um dos aspectos da situação política em Portugal — aquele que o distingue da violência expressa hitleriana, o que não impede, até pelo contrário, radica, o partido único. Independentemente das sérias perdas (de um ponto de vista humano) e dos potenciais ganhos, a vida cultural portuguesa adquiriu a força dos períodos de contenção, e é do período que precede o Salazarismo e das primeiras décadas do seu governo que surgem manifestações de relevo em Psicologia.

Assim, a intenção deste breve apanhado histórico é situar esse período em que a Psicologia aparece, num contexto específico que não pode deixar de se reflectir nas suas obras: quando nos referimos às características das actividades em Psicologia, entre nós, estavam seguramente presentes os modelos atrás referidos — o experimental e, conseqüentemente, o

modelo psicométrico, as actividades pedagógicas de feição genética (não podemos deixar de pressupor Claparède e os antecedentes do construtivismo genético), e os modelos fenomenológico e psicanalítico (quando nos referimos a uma Psicologia individualizante, presente nos psiquiatras portugueses da época, não podemos deixar de nos reportar a estes modelos).

Não parece, dadas as diferentes coordenadas geográficas e ressaltando o número de personalidades conhecidas e do apetrechamento técnico, que estivéssemos, em termos de interesses, tão longe do que se passava na Europa, como se infere quando nos referimos às dificuldades da institucionalização da Psicologia em Portugal — que já não implica uma área eclética do saber, mas comporta a pesquisa orientada, o docência canalizada, e a respectiva profissionalização.

Destacaremos, portanto, alguns dos nomes mais conhecidos deste domínio, pioneiros de vulto neste período de convulsões e constantes alterações políticas. Num ou outro caso referiremos, se há publicações, as que nos parecem ter interesse relevante para a Psicologia e para as preocupações dominantes dos seus autores.

Na linha de formação multifacetada que encontramos em cientistas dos fins do séc. XIX, princípios do séc. XX, realçamos ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA, que, sendo médico, se afirmou desenvolvendo alguns dos vectores directamente ligados à Medicina, como antropologia e pedagogia, revelando-se particularmente vocacionado para crianças e adolescentes com dificuldades intelectuais e comportamentais. Segundo Sílvio de Lima, é o nosso primeiro professor de pedotecnia e psicologia experimental, fundamentando a médico-pedagogia nacional e pondo particular interesse naquilo a que chamou História Natural da Criança. Tave papel de destaque na Escola Normal Primária de Lisboa, criou a Escola Agrícola para rapazes com dificuldades em Peniche em 1912, e em 1915, o Instituto Médico Pedagógico da Casa Pia de Lisboa.

Os vários modelos da época em Psiquiatria a nível institucional, terapêutico e psicológico estão presentes na actividade deste pedagogo — desde a utilização da escala métrica de Binet Simon até à ergoterapia, revelando profunda informação a nível neurológico e psicológico, incluindo a perspectiva psicanalítica e a reflexológica.

FARIA DE VASCONCELOS, fundamentalmente interessado com problemas de educação, regeu a cadeira de Psicologia e Pedagogia da Universidade Nova de Bruxelas de 1904 a 1914, após doutoramento em Ciências Sociais. Foi seguidamente assistente do laboratório de Psicologia Experimental, dirigido por Claparède em Genebra. De 1918 a 1920, teve na Bolívia uma actividade fecunda em matéria de educação, sobretudo no que se refere à organização de programas. Tendo regressado a Portugal em 1920, foi docente na Escola Normal Superior e na Faculdade de Letras de Lisboa.

Em 1925 cria o Instituto de Orientação Profissional. Deixou uma obra extensa e valiosa e inúmeras publicações de que destacaremos «*Ensaios sobre a Psicologia da Instituição*», em 1925, e «*As Lições de Pedagogia e Pedagogia Experimental*», em 1909.

ALVES DOS SANTOS, autor de «*Psicologia e Pedagogia — Uma Missão de Estado no Estrangeiro*», publicado em 1913, e «*Elementos de Filosofia Científica*», publicado em 1918, e professor da Universidade de Coimbra.

Tendo estagiado com Claparède no Instituto Jean Jacques Rousseau em Genève, na linha de Piéron e Binet, preocupa-se em situar o desenvolvimento somático médio da criança portuguesa. Surge com ele o primeiro laboratório de Psicologia e Pedagogia Experimental da Universidade de Coimbra. Reflete as preocupações desenvolvimentais e pedagógicas, características do Instituto Jean Jacques Rousseau.

MATOS ROMÃO, ligado à docência e investigação no ramo de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, estando na base da organização do Laboratório de Psicologia da mesma Faculdade, à qual legou um manancial bibliotecário de relevo no domínio da Psicologia. Publicou «Alguns aspectos da Evolução dos Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras de Lisboa» em 1942.

Uma feição predominantemente fenomenológica e humanística surge ao mesmo tempo em Portugal, a partir da Psiquiatria. A história desta especialidade de Medicina teve, como já vimos, importante papel na nossa tão breve história da Psicologia.

Começando por se organizar em França pelos fins do séc. XIX, adquire particular importância na Alemanha, ora radicando-se numa corrente organicista segundo o modelo de Kraepelin, ora fundamentando-se na perspectiva freudiana. São particularmente enfatizados e referidos à história da Psiquiatria, modelos que a Psicologia considera fundamentais como a caracterologia, a teoria de Gestalt, a fenomenologia, a reflexologia, os pressupostos freudianos e postfreudianos, assim como a perspectiva marcadamente organicista. São, de facto, modelos ligados às Ciências do Homem e à Epistemologia, e como tal fundamentam diferentes ramos do saber.

Em Portugal, a psiquiatria é dominada neste período (especificamente a partir dos anos 30) por Egas Moniz e Barahona Fernandes.

BARAHONA FERNANDES seguiu-se a Sobral Cid na regência da cadeira de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Tendo realizado longo estágio em clínicas alemãs, onde sofreu influências de Carl Kleist e Kurt Schneider, integra as perspectivas aparentemente diferentes e marcadas pela Biologia e pela Fenomenologia. A esta perspectiva interpretativa não são alheias as teorias de Hartman. A sua actividade quer no domínio da Psiquiatria, quer no domínio da Psicologia (por sua iniciativa inserida na Faculdade de Medicina), tem repercussões de invulgar importância até aos nossos dias que abordaremos a seu tempo.

EGAS MONIZ foi laureado com o prémio Nobel pelos êxitos conseguidos a nível psicocirúrgico, com a «leucotomia», que deu origem a larga controvérsia e teve implicações marcadamente no domínio da Psicologia.

A tendência humanista da Psicologia neste período integra ainda nomes como Elísio de Moura (neuro-psiquiatra), Diogo Furtado, António Flores e Correia de Oliveira.

A actividade destes precursores da Psicologia em Portugal aparece sobretudo ligada a Lisboa e Coimbra. Tendo-se vinculado institucionalmente às Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra, permitindo o aparecimento dos respectivos laboratórios, o que poderemos referir a esse propósito na cidade do Porto?

Sabemos que o ensino universitário integrou oficialmente a Psicologia a partir de 1911 no Curso Superior de Filosofia nas Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra. A Faculdade de Letras, como foi referido no último artigo, surgiu no Porto em 1919, por iniciativa do então Ministro de Educação, Leonardo Coimbra: este, nascido em 1883, (formado no Curso Superior de Letras de Lisboa, após ter completado os estudos em Academia Politécnica do Porto) transferiu, enquanto ministro, a Faculdade de Letras de Coimbra para a Universidade do Porto, desencadeando oposição no Parlamento quando da discussão dessa medida, expressa por personalidades como Brito Camacho e Alves dos Santos, oposição que se manteve e que, naturalmente, deu os seus frutos.

Tanto quanto se sabe da evolução do pensamento de Leonardo Coimbra, o seu pendor filosófico talvez não fosse de molde a favorecer uma psicologia laboratorial e fechneriana, mas parece-nos de interesse realçar que, algum tempo antes, fundara no Porto a Universidade Livre com os companheiros da Renascença Portuguesa, tendo-se realizado cursos de Literatura, História, Sociologia, Gnoseologia e Psicologia.

Quando da efectivação da Faculdade de Letras no Porto, faz uma explanação a que não são alheios os modelos da Psicologia em voga na época, nem questões como a génese das sensações, a definição de memória, a distinção entre imagem e idade.

É compreensível que nesse discurso tenha reflectido a sua própria preparação colhida na Universidade de Lisboa, mas não deixa de ter significado a escolha deste tema para inaugurar a Faculdade de Letras no Porto. Esta entrou pouco tempo depois em extinção e foi definitivamente encerrada no ano lectivo de 1930/31. Em relação à evolução dos estudos em Psicologia no Porto, apenas podemos conjecturar, pois só três décadas depois é que a Faculdade de Letras do Porto voltou a ser uma realidade.

NOTA

(1) VIEIRA, BRACINHA — «A psiquiatria perante o fascismo: contributo para a compreensão da Experiência Portuguesa», in «O Fascismo em Portugal», Actas do Colóquio da Faculdade de Letras de Lisboa, Março de 1980, pp. 447 e 448.

REFERÊNCIAS

- ALVES, ANGELO — «O Sistema Filosófico de Leonardo Coimbra», Porto, Livraria Tavares Martins, 1962.
BRAGA, TEÓFILO — «História das Ideias Republicanas em Portugal», Lisboa, Vega, 1983.
DIONÍSIO, SANT'ANA — «Leonardo Coimbra, o filósofo e o tribuno», Imprensa Nacional, 1985.
NOGUEIRA, FRANCO — «Salazar, os tempos áureos (1928-1936)», Coimbra, Atlântida Editora, 1977.
NOGUEIRA, FRANCO — «História de Portugal (1933-1974)», Porto, Livraria Civilização, 1981.
TORRES, FLAUSINO — «Portugal, uma perspectiva da sua história», Porto, Afrontamento, 1970.
WERTHEIMER, M. — «Pequena História da Psicologia», S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.
GABINETE DE INVESTIGAÇÕES SOCIAIS — «Análise Social», Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1979.

ABSTRACT

The author writes about the connections between the most widely influential psychological models of the 1920-1950 period and some portuguese thinkers who, during that time, studied psychology while living throughout a politically and culturally challenging era.

The author then goes into detail about developments in this field in the Universities of Oporto, Coimbra and Lisbon.